

Privilépios vão continuar

BRASÍLIA — Se deputados e senadores tentam enxugar a estrutura do parlamento brasileiro, no entanto não parecem estar muito preocupados em acabar com os privilépios desfrutados na Câmara e no Senado. Com um salário de R\$ 8.000 mensais para trabalhar apenas três dias por semana, os parlamentares têm direito a apartamento funcional, passagens aéreas, cotas de telefone e de Correios, o que na prática, acaba duplicando seus rendimentos.

Além dos salários, os 513 deputados recebem R\$ 10.000 por mês para contratar até 16 funcionários, com salários variando entre R\$ 2.000 e R\$ 200. Eles têm direito também a quatro passagens áreas mensais de ida e volta para seus estados de origem, a gastar até R\$ 692,50 por mês com cartas, a auxílio moradia de R\$ 1.700 para quem não ocupa apartamento funcional e à cota mensal com gastos de telefone que variam de R\$ 326,60 — para os deputados do Distrito Federal — a R\$ 630,43.

No Senado, as mordomias são ainda maiores. O auxílio-moradia é maior — R\$ 3.000 —, nos gabinetes as cotas mensais com gastos de telefone são livres, a verba para

contratar funcionários é de cerca de R\$ 13.000 e a cota média mensal do Correio é de 10.741 cartas simples, o que equivale mais de R\$ 1.000 por mês. Além disso, os senadores têm direito a um carro com motorista e a 30 litros de gasolina ou 39 litros de álcool por dia.

Ao contrário da maioria dos trabalhadores brasileiros, deputados e senadores recebem por ano o equivalente a 15 salários. Além dos 12 salários mensais, têm direito a 13º e a duas ajudas de custo no mesmo valor do salário: no início e no fim do ano legislativo. No caso de convocação extraordinária, os congressistas recebem mais duas ajudas de custo — de R\$ 8.000 cada — para trabalhar durante o recesso (dezembro, janeiro, fevereiro e julho).

Se na atividade os parlamentares desfrutam de uma série de privilépios, quando se aposentam, a situação não muda muito. Após apenas oito anos de mandato, deputados e senadores têm direito a receber aposentadoria do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC). As pensões variam de R\$ 2.080 mensais a R\$ 8.000, no caso dos parlamentares que completam 30 anos de mandato.

Aldori Silva — 11/1/91



Adylson: campeão de emendas

Gilberto Alves — 11/2/93



Genoino quer diminuir bancada